



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Nesse sentido, cumpre-nos destacar as informações relevantes da Companhia e de sua administração durante o ano de 2024. A Companhia iniciou suas atividades operacionais a partir de junho de 2007 e tem por objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a compra e venda de direitos minerários, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio. Durante o exercício de 2024, a Companhia deu continuidade ao seu plano de consolidação da Mina de Baratinha e de sua expansão denominada Mina de Mongais, bem como realizou trabalhos de pesquisa de seus outros projetos, como parte de seu plano de prospecção e desenvolvimento seus projetos minerários, conforme os padrões internacionalmente aceitos, além de desenvolver processos complementares para adequação dos produtos às necessidades dos clientes. As atividades da Companhia e de suas investidas, a serem realizadas durante o ano de 2025, poderão ser suportadas por aporte de recursos de seu acionista e/ou de terceiros em complemento à geração de caixa de suas operações e de suas investidas, se necessário. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinada através das próprias Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Colocamos-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.545	69.646	104.573	80.156
Contas a receber	6	108.228	96.240	108.941	96.240
Estoque	8	12.207	9.016	12.207	9.016
Adiantamentos	9	9.683	2.238	9.692	2.242
Impostos a recuperar	7	16.384	8.904	16.926	8.948
Despesas antecipadas		7.340	3.336	7.853	3.837
Dividendos a receber		1.086	223	-	-
Outros créditos		272	265	989	265
Total do ativo circulante		245.745	189.868	261.181	200.704
Não circulante					
Adiantamentos		6.339	6.204	6.334	6.204
Depósitos judiciais		697	165	697	165
Despesas antecipadas		205	172	548	990
Impostos diferidos	26	4.979	-	4.979	-
Investimentos	10	57.642	50.452	-	-
Propriedade para investimento	11	-	-	10.845	10.845
Imobilizado	12	255.071	205.472	264.918	212.518
Intangível	13	357.537	291.810	379.877	314.150
Direito de uso	14	48.171	76.528	55.013	66.431
Total do ativo não circulante		731.181	630.803	723.211	631.303
Total do ativo		976.926	820.671	984.392	832.007
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	4.808	2.049	4.808	2.049
Fornecedores	16	45.467	39.965	44.227	40.894
Salários e encargos	17	27.225	20.606	27.517	20.739
Impostos a recolher	18	19.783	19.340	22.185	20.463
Dividendos/JCP a pagar	21	38.259	33.381	38.259	33.381
Obrigações a pagar	19	5.691	7.152	5.691	7.152
Provisão para desmobilização de ativos	20	750	-	750	-
Passivo de arrendamento	14	28.189	24.531	31.540	27.669
Total do passivo circulante		170.172	147.024	174.977	152.347
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	84.373	62.858	84.373	62.858
Impostos diferidos	26	-	2.001	-	2.001
Provisão para desmobilização de ativos	20	35.306	22.227	35.306	22.227
Provisão para contingências	27	-	169	-	169
Obrigações a pagar	19	-	2.044	-	2.044
Passivo de arrendamento	14	24.981	53.373	27.642	59.386
Total do passivo não circulante		144.660	142.672	147.321	148.685
Patrimônio líquido	21	-	-	-	-
Capital social		31.799	31.799	31.799	31.799
Reserva de capital		117.435	117.435	117.435	117.435
Reserva de lucro		512.860	381.741	512.860	381.741
Total do patrimônio líquido		662.994	530.975	662.094	530.975
Total do passivo		976.926	820.671	984.392	832.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultados operacionais					
Receitas líquidas de venda	22	968.185	712.750	967.594	718.667
Custo do produto vendido	23	(269.411)	(208.067)	(292.804)	(232.149)
Lucro bruto		699.774	504.683	674.790	486.518
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(285.076)	(200.202)	(251.706)	(198.851)
Equivalência patrimonial	10	4.185	(23.749)	-	-
Outras despesas/receitas		(472)	(2.373)	(498)	(6.947)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		418.411	278.359	422.586	280.720
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		18.067	11.577	19.067	12.983
Despesas financeiras		(19.108)	(7.621)	(19.618)	(7.756)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		417.370	282.315	422.035	285.947
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(116.125)	(61.763)	(120.790)	(65.395)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	6.981	(3.287)	6.981	(3.287)
Lucro líquido do exercício		308.226	217.265	308.226	217.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	2024	2023	2024	2023	2023
Lucro líquido do exercício	308.226	217.265	308.226	217.265	217.265
Resultado abrangente do exercício	308.226	217.265	308.226	217.265	217.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício	308.226	217.265	308.226	217.265	217.265
Ajustes ao lucro (prejuízo) do exercício:					
Resultado de equivalência patrimonial	(4.185)	23.749	-	-	-
Depreciação do ativo imobilizado	28.917	23.872	29.770	26.894	26.894
Amortização do ativo intangível	2.097	-	2.097	-	-
Amortização de direito de uso	27.554	3.236	31.155	3.536	3.536
Reversão de direito de uso e arrendamento	87	-	87	-	-
Provisão para desmobilização de ativos	664	1.141	664	1.141	1.141
Baixa de provisão de desmobilização	(3.603)	-	(3.603)	-	-
Juros sobre arrendamento mercantil	9.972	-	10.480	-	-
Impostos diferidos	(6.980)	3.288	(6.980)	3.288	3.288
Perda na baixa de ativo imobilizado	1.656	-	1.656	-	-
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	364.405	272.551	373.555	252.124	252.124
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais					
Adiantamentos	(7.580)	(2.053)	(7.580)	(1.617)	(1.617)
Estoque	(3.191)	5.573	(3.191)	5.573	5.573
Contas a receber	(11.988)	(35.843)	(12.701)	(35.843)	(35.843)
Impostos a recuperar	(7.480)	(6.233)	(7.978)	(5.346)	(5.346)
Despesas antecipadas	(4.037)	(1.172)	(3.574)	(435)	(435)
Outros créditos	(7)	315	(724)	314	314
Depósitos Judiciais	(532)	(6)	(532)	(6)	(6)
Fornecedores	5.503	8.888	3.334	1.765	1.765
Salários e encargos a pagar	6.619	2.828	6.778	1.965	1.965
Impostos a recolher	57.567	48.606	61.532	50.709	50.709
Obrigações a pagar	(3.505)	(7.424)	(3.505)	(7.424)	(7.424)
Provisão para contingência	(169)	14	(169)	14	14
Provisão para desmobilização	-	8.488	-	8.488	8.488
Impostos pagos sobre o lucro	(57.124)	(40.692)	(59.810)	(42.662)	(42.662)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	338.481	253.840	345.435	227.619	227.619
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos de dividendos	223	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	25.580	55.370	25.580	55.370	55.370
Pagamento de empréstimo e financiamentos	(1.306)	(3.410)	(1.306)	(3.410)	(3.410)
Dividendos e JCP pagos	(172.230)	(40.936)	(172.230)	(40.936)	(40.936)
Contraprestação de arrendamento	(34.530)	(1.870)	(38.177)	(2.922)	(2.922)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(182.263)	9.154	(186.133)	8.102	8.102
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	20.899	(5.614)	24.417	(14.720)	(14.720)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	69.646	75.260	80.156	94.876	94.876
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	90.545	69.646	104.573	80.156	80.156
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	20.899	(5.614)	24.417	(14.720)	(14.720)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Bemisa Holding S.A. ("Bemisa Holding" ou "Companhia") foi constituída em março de 2007, com sede na Avenida Presidente Wilson nº 231, sala 2303 e 2304, (parte) - Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras Companhias, na condição de acionista ou sócia quotista. O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding FIP MIE, que detém 99,99% das ações ordinárias. Em 2022, a controlada Bemisa Logística iniciou a operação de logística através da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora e para terceiros no Terminal de Cargas localizado na cidade de Timóteo, no estado de Minas Gerais. Em 2022 a controla-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022						
Distribuição de dividendos complementares de 2022	188.147	117.435	30.645	258.754	-	594.981
Capitalização da reserva de lucros	-	-	-	(11.414)	-	(11.414)
Redução de capital	59.193	-	-	(59.193)	-	-
Reversão da reserva legal	(215.541)	-	-	-	-	(215.541)
Lucro do exercício	-	-	(24.484)	24.484	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	217.265	217.265
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	(38.219)	(38.219)
Destinação reserva estatutária	-	-	-	-	(16.097)	(16.097)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.799	117.435	6.161	375.580	-	530.975
Saldos em 31 de dezembro de 2023						
Distribuição de dividendos complementares de 2023	-	-	-	(100.050)	-	(100.050)
Reclassificação reserva legal e retenção de lucros	-	-	199	(199)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	308.226	308.226
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(35.318)	(35.318)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(3.480)	(3.480)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	(38.259)	(38.259)
Destinação reserva estatutária	-	-	-	-	(231.169)	(231.169)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.799	117.435	6.360	506.500	-	662.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

lada Três Picos, efetuou a reclassificação da rubrica de terrenos do imobilizado para a Propriedade para Investimento devido aos estudos para desenvolvimento de projeto imobiliário que vem sendo realizado na propriedade. A controlada BMV foi constituída em 04 de maio de 2022 com o objetivo de explorar oportunidades de parcerias em projetos dentro do setor de mineração e ao longo da sua cadeia produtiva. Em 14 de julho de 2023, a Companhia recebeu a licença ambiental para implantação e operação do Projeto Mongais com Guia de Utilização, dentro do Complexo Baratinha, e iniciou as operações no 1º semestre de 2024. Em 31 de julho de 2023, a Companhia efetuou aporte de capital na controlada de R\$ 100 totalmente integralizado no decorrer do ano em espécie e através da transferência da propriedade de direitos minerários. Em 2023, esses direitos minerários foram vendidos gerando uma receita na controlada. Em 31 de agosto de 2024, foi realizada por meio da Bemisa Holding a transferência de ativo imobilizado e aporte de capital na Bemisa Logística, referente a parcela dos ativos do Terminal João Correia, sendo uma subsidiária do Grupo Bemisa no montante de R\$3.341. A operação teve como objetivo a reestruturação societária do grupo, buscando maior eficiência na gestão dos ativos e otimização da estrutura de capital. A transferência de ativos estratégicos da Bemisa Holding para a Bemisa Logística Terminal João Correia foi registrada pelo valor contábil dos ativos, sendo reconhecida como um aporte de capital, aumentando o patrimônio líquido da Bemisa Logística. No segundo semestre de 2024 a Bemisa Logística iniciou suas operações no Terminal João Correia localizado em Santana do Paraíso para o carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora e terceiros. Em 04 de novembro de 2024, foi criada a Bemisa Pedra Branca Mineração Ltda., que terá seus projetos de desenvolvimento de produção de ferro no decorrer do ano de 2026, com previsão de operação em 2025. Constituída inicialmente com o capital social de R\$ 1. Em 31 de dezembro de 2024, o portfólio de projetos da Companhia e de suas controladas era composto por 139 (cento e trinta e nove) direitos minerários, sendo 2 Requerimentos de Pesquisa, 119 Autorizações de Pesquisa, 1 Concessão de Lavra, 8 Direitos de Requerer a Lavra e 9 Requerimentos de Lavra totalizando 447.914,52 hectares (*). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detém o controle das seguintes subsidiárias: Bemisa Mineração e Logística S.A. ("Bemisa Logística"), Três Picos Participações e Empreendimentos Ltda. ("Três Picos") e BMV Participações Ltda. ("BMV") e Bemisa Pedra Branca Mineração Ltda. ("PDR"). (*) Não Auditado pelos auditores independentes. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base neste pressuposto. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em 31 de abril de 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **2.2 Declaração de relevância:** A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na gestão da Companhia. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, a mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

ticipação da investidora no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como "participações nos lucros (prejuízos) da controlada" (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Bemisa Holding e suas investidas são eliminados na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido. Os dividendos recebidos desta participação, quando aplicável, são registrados como uma redução do valor do investimento. Quando há a perda/transfêrencia do controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa do correspondente investimento pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. **g. Imobilizado:** Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e das perdas de redução do valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Os itens operacionais têm a depreciação calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial. Para os equipamentos utilizados em área com operação em mais de um turno é adotado o critério de aceleração conforme coeficientes estabelecidos em lei. Conforme a seguir apresentado: Veículos: 20% ao ano (vida útil de 5 anos); Computadores e periféricos e telefonia: 20% ao ano (vida útil de 5 anos); Equipamentos: 10% ao ano (vida útil de 10 anos); Instalações: 10% ao ano (vida útil de 10 anos); Beneficiários em imóveis de terceiros: 10% ao ano (vida útil de 10 anos). Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. **h. Intangíveis - projetos em pesquisa:** Os gastos com pesquisas e desenvolvimento dos projetos de mineração estão associados à expectativa de benefícios futuros e foram reconhecidos ao custo de aquisição. São realizados mediante viabilização ou venda do projeto e quando a Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento, ou estes gastos são baixados como perda no caso de o projeto ser descartado. A Companhia e suas controladas reconhecem a capitalização dos gastos a partir da obtenção de licença de instalação emitida pelo órgão ambiental competente. A amortização para as atividades operacionais será calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial, quando as expectativas de benefícios econômicos começarem a se realizar. **i. Intangíveis - Goodwill:** O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado em aquisições em atendimento ao CPC 15 - Combinação de negócios através da identificação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos de forma individualizada. A Companhia e suas controladas reconhecem o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) de acordo com o laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA) elaborado por empresa independente quando da aquisição da unidade geradora de caixa de três picos. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado contabilmente, sendo um ativo intangível de vida útil indefinida. **j. Intangíveis - Direito de exploração:** Direitos minerários referem-se a direitos e obrigações que a Companhia possui total ou parcial, com relação a um título minerário, ou seja, a Companhia possui o direito na exploração da jazida sem a transferência de titularidade da concessão de lavra ou do manifesto de mina, sendo um ativo intangível de vida útil indefinida. A Companhia, nesses casos, não adquire apenas os direitos decorrentes do título, mas também as obrigações a ele inerentes, passando a responder solidariamente ao titular da concessão de lavra ou do manifesto de mina. **k. Intangíveis - Direitos contratuais:** Direitos contratuais referem-se aos gastos realizados pela Companhia em decorrência de um contrato de parceria visando a aquisição do direito de pesquisa, exploração e desenvolvimento a partir da aprovação da Agência Nacional de Mineração (ANM). Em 2024, a Companhia identificou a necessidade de elaboração de uma nova política para reconhecimento da capitalização desses custos de aquisição oriundos desses contratos de parceria até o início da operação comercial do projeto. A amortização desse direito será calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial, quando as expectativas de benefícios econômicos começarem a se realizar. Anualmente, o valor de aquisição desse direito será testado para fins de recuperabilidade (*Impairment*). **l. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é, ou contém, um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao do arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico. A Companhia e suas controladas não reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de baixo valor, bem como os curto prazo conforme permitido na norma. **m. Reconhecimento de receita:** A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado interno ocorre no momento do carregamento do minério para os clientes ou pela entrega no pátio do cliente ou embarco no vagão contratado por ele. A receita é mensurada por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **n. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação deles. **o. Imposto, taxas e tributos: (i) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240.000. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. As controladas adotam o regime de apuração pelo lucro presumido. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nas localidades que a Companhia opera e gera lucro tributável. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **(iii) Impostos sobre vendas:** A seguir as alíquotas aplicadas para as transações de venda aplicadas:

	2024	2023
PIS	1,65%	1,65%
COFINS	7,6%	7,6%

Prorrogativas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações contábeis primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis. **CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência impacta as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - CPC 32 (equivalente ao IAS12) - foi revisado em 2024 para se adequar às normas contábeis internacionais. A revisão foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em maio de 2024. Reconhecimento de efeitos fiscais relacionados a transações e outros eventos. Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. Divulgação do valor do ativo fiscal diferido. Reconhecimento de passivo fiscal diferido para diferenças temporárias tributáveis. As alterações são aplicadas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 - substituída pelo IFRS 18 em 09 de abril de 2024:** Fornecer orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Bancos conta movimento	50	29	59	33
Aplicações financeiras com liquidez imediata (i)	90.495	69.617	104.514	80.123
Total	90.545	69.646	104.573	80.156

(i) Representam valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2024, a remuneração média da Companhia foi de 99,18% do CDI (97,00% em 2023). **6 Contas a receber:** As contas a receber são provenientes da comercialização de minério de ferro.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber				
Clientes	108.228	96.240	108.941	96.240
Total	108.228	96.240	108.941	96.240

A análise de vencimentos dessas contas a receber na controladora e consolidado estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer				
Vencida em				
Até 30 dias	-	288	713	288
Até 90 dias	20	561	20	561
Total	108.228	96.240	108.941	96.240

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração entende que não há risco de realização do saldo de contas a receber, e por isso não constituiu provisão para perda esperada do contas a receber de clientes.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS	16.323	8.574	16.840	8.615
INSS	48	-	48	-
CSLL	1	-	1	-
IRPJ	12	330	37	333
Total	16.384	8.904	16.926	8.948

8 Estoques: Corresponde ao minério de ferro extraído ou adquirido de terceiros para comercialização, além de peças e consumíveis relacionados com a operação da Mina Baratinha. Em 2024 e 2023 não foram identificados necessidade de registro de perda ao valor recuperável dos estoques de minério.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Estoque				
Minério de ferro (extraído)	3.767	608	3.767	608
Minério de ferro (adquirido)	622	158	622	158
Partes, peças e consumíveis (a)	7.818	8.250	7.818	8.250
Total	12.207	9.016	12.207	9.016

(a) Trata-se de almoxarifados de consumíveis e peças de reposição cujo prazo de consumo e utilização são inferiores a um ano.

9 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos funcionários	201	342	209	346
Adiantamentos fornecedores (a)	9.326	1.873	9.326	1.873
Outros adiantamentos	156	23	157	23
Total	9.683	2.238	9.692	2.242

(a) Trata-se de compras de mercadorias e contratações de serviços.

10 Investimentos: Em 31 de dezembro a composição de investimento é como segue:

	2024	2023
Investimento por equivalência patrimonial		
Três Picos	1.912	1.908
Bemisa Logística	18.905	12.076
Bemisa Pedra Branca	(3)	-
BMV	5.191	4.831
Total	26.005	18.815

Mais-valia - Três Picos (a)

	2024	2023
Mais-valia - Três Picos (a)	31.637	31.637
Total	57.642	50.452

(a) Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais, a mais valia em

12 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Desmobilização de ativos				
Adições	16.558	64.743	723	55.356
Cisão de ativos Bemisa Logística (i)	18.344	59.582	26	1.484
Transferências imobilizado construção	-	(45.391)	3.743	16.514
Baixa	(1.576)	(35)	(96)	(238)
Total	33.326	78.899	3.538	72.133

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.947)	-
Depreciação	(473)	(569)
Total	(5.420)	(29.661)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.611	64.743
Em 31 de dezembro de 2023	27.906	78.899
Total	39.517	143.642

(i) Em 31 de agosto de 2024, foi realizada a cisão de ativos da Bemisa Holding para a Bemisa Logística referente ao seu Terminal João Correia, sendo a Bemisa Logística uma subsidiária do Grupo Bemisa, a transferência dos ativos foi no montante de R\$3.341, sendo R\$ 3.375 de custo e R\$ 33 de depreciação acumulada.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Desmobilização de ativos				
Adições	8.070	37.548	614	51.168
Baixa	8.488	27.195	109	7.655
Total	16.558	64.743	723	55.356

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.461)	-
Depreciação no exercício	(1.486)	(7)
Baixa / Transferências	-	96
Total	(4.947)	(29.661)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.611	64.743
Em 31 de dezembro de 2023	4.609	37.548
Total	16.220	102.291

Valor contábil

	2024	2023
Valor contábil	11.611	64.743
Em 31 de dezembro de 2023	4.609	37.548
Total	16.220	102.291

6.1. Custos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Desmobilização de ativos				
Adições	16.558	64.947	4.523	56.172
Transferências imobilizado construção	18.344	59.879	28	1.495
Baixa / Transferências	(1.576)	(39.503)	(21.698)	(41.537)
Total	33.326	78.899	8.328	73.945

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.947)	-
Depreciação	(473)	(704)
Transferências	(3)	(497)
Baixa (i)	-	96
Total	(5.420)	(29.661)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.611	64.947
Em 31 de dezembro de 2023	27.906	78.899
Total	39.517	143.846

6.2. Depreciação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Desmobilização de ativos				
Adições	8.070	103.474	651	52.230
Transferências	8.488	971	25.572	45.484
Baixa (i)	-	5	(2)	(5)
Total	16.558	104.450	649	97.704

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.458)	-
Depreciação no exercício	(1.486)	(1.249)
Transferências	(3)	2
Baixa (i)	-	1.109
Total	(4.947)	



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

pesquisa em projetos. Da parcela de projetos em pesquisa o montante de R\$12.103 que se refere ao projeto de Baratinha está sendo amortizado pelo método de unidades produzidas. O saldo remanescente se refere substancialmente ao projeto de Pedra Branca cuja a expectativa de entrada em operação é no 2º semestre de 2025, e a partir da entrada em operação este ativo será amortizado. c. **Direito de exploração mineral:** O valor de R\$22.340 refere-se a mais valia apurada e registrada na aquisição da controlada Três Picos em 2015. O valor de R\$8.855 refere-se a mais valia na aquisição da controlada Bemisa MG em 2020 que foi incorporada em 2021, sendo ambos ativos intangíveis de vida útil indefinida. Anualmente, esse valor é testado para fins de recuperabilidade em conformidade com os requerimentos do CPC01, onde não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos para 31 de dezembro de 2024. d. **Agio por rentabilidade futura - Goodwill:** Agio por rentabilidade futura oriundo de saldo de incorporação da controlada Bemisa Brasil em 01 de outubro de 2021 apurado na aquisição da empresa Bemisa MG através do estudo de Alocação de Preço de Compra (PPA) com a finalidade de identificar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos. Foi apurado um agio por rentabilidade futura de R\$74.029 após a apuração de forma individualizada dos ativos suscetíveis a ajuste de mercado. Anualmente, esse valor é testado para fins de recuperabilidade de acordo com os requerimentos do CPC 01, onde nenhum indicativo de perda ao valor recuperável foi identificado para 31 de dezembro de 2024 e 2023. e. **Direitos contratuais:** Em 2023, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 55.000 referente a parceria firmada para fins de aquisição do direito de pesquisa, exploração e desenvolvimento de Direitos Minerários próximos da área do Complexo Baratinha. O valor referente a esse pagamento, foi capitalizado no ativo intangível, e iniciará a amortização pelo início da operação pela Companhia, quando da comprovação dos benefícios econômicos que poderá gerar. A Companhia tem a expectativa de iniciar a primeira campanha de sondagem e estudos geológicos pertinentes a fase de pesquisa durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025. f. **Licença de uso de software:** Para licenças registradas como ativo intangível, a Companhia aplica uma taxa de amortização baseada na vida útil estimada de 5 anos. Esta taxa é revisada periodicamente para refletir mudanças tecnológicas ou estratégicas. g. **Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida incluindo o agio por expectativa de rentabilidade futura:** Em linha com os requerimentos do CPC 01, a Companhia avaliou os ativos intangíveis de vida útil indefinida para cada unidade geradora de caixa, assim como o seu ativo imobilizado de vida útil definida para fins de sua recuperabilidade através da metodologia do valor em uso. Considerando a natureza do minério comercializado ou em fase de exploração são variados entre diferentes projetos, a Companhia determina cada projeto de exploração de minério como uma unidade geradora de caixa distinta. As unidades geradoras de caixa que possuem ativos de vida útil indefinida associada foram testadas para impairment em 31 de dezembro de 2024. Para fins de comparação entre o valor em uso da unidade geradora de caixa e o seu valor contábil residual, o valor contábil do ativo imobilizado de vida útil definida, assim como o ativo intangível de vida útil indefinida foram avaliados para fins de impairment de cada unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil da unidade geradora de caixa denominadas de Três Picos pelo valor justo menos custos de alienação, e para Picarrão, Pedra Branca e Canabrava a avaliação do valor recuperável foi efetuada através do conceito do valor em uso. O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como volume de extração de minério, e seus respectivos custos e despesas associadas, além das estimativas de investimentos corrente de manutenção da operação e capital de giro futuros e taxa de desconto. As premissas sobre projeções de geração de receitas no fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração compatíveis com estudos realizados pelas áreas técnicas da Companhia e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados a uma taxa de desconto que leva em consideração a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia. A taxa de desconto das projeções de fluxo de caixa foi de 15,4% a.a para Picarrão, 14,4% para Pedra Branca e 22,2% para Canabrava, em termos reais. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 8 anos para Picarrão e 12 anos para Pedra Branca e Canabrava. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 8 e 12 anos para cada unidade geradora de caixa com base na premissa extração de minério disponível para uso considerando a escala de produção e consumo do material de alto teor de minério. As premissas-chave foram baseadas nas projeções dos volumes a serem lavrados de acordo com os estudos técnicos efetuados pelo especialista interno da Companhia, em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções de mercado e foram devidamente documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 e perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data das demonstrações contábeis. **14 Arrendamento: a. Direito de uso - arrendamento**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2023	73.205	2.837	486	76.528
Baixas	-	(263)	-	(263)
(-) Depreciações	(26.826)	(644)	(84)	(27.554)
Total	46.379	1.930	402	48.711

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2023	73.205	12.740	486	86.431
Baixas	-	(263)	-	(263)
(-) Depreciações	(26.826)	(4.245)	(84)	(31.155)
Total	46.379	8.232	402	55.013

b. Passivo de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	Adições (i)	Juros apropriados	Adições (i)	Juros apropriados
Saldo em 31/12/2022	933	933	933	933
Adições (i)	79.800	89.203	79.800	89.203
Juros apropriados	1.983	2.035	1.983	2.035
(-) Pagamentos	(4.812)	(5.116)	(4.812)	(5.116)
Saldo em 31/12/2023	77.904	87.055	77.904	87.055
Circulante	24.531	27.669	24.531	27.669
Não circulante	53.373	59.386	53.373	59.386
Saldo em 31/12/2023	77.904	87.055	77.904	87.055
Baixas	(176)	(176)	(176)	(176)
Juros apropriados	9.972	10.480	9.972	10.480
(-) Pagamentos	(34.530)	(38.177)	(34.530)	(38.177)
Saldo em 31/12/2024	53.170	59.182	53.170	59.182
Circulante	28.189	31.540	28.189	31.540
Não circulante	24.981	27.642	24.981	27.642

(i) Na controladora, as adições referem-se a um novo contrato firmado pela Companhia em 2023 com o arrendamento de máquinas e equipamentos utilizados na operação da Mina Baratinha onde há o direito de controlar o uso de ativos identificados pelo período de vigência do contrato de 36 meses. Para reconhecimento do passivo de arrendamento foi aplicada a taxa de desconto de 16,14%. No consolidado, além da adição de máquinas e equipamentos, a Companhia firmou contrato de arrendamento de um terminal de cargas firmado pela controlada Bemisa Logística pelo período de 59 meses, que foi aplicada a taxa de desconto de 6,77%. **15 Empréstimos e financiamentos**

Instituição	Controladora e Consolidado		Prazo	Vencimento	Taxa de juros	2024	2023
	2024	2023					
BDMG Fname (i)	96	meses	Até 2024	3,5% a 9,5%	-	227	
BDMG Fname (ii)	120	meses	Até 2029	TLP + 4,97%	872	1.068	
Finep (iii)	120	meses	Até 2029	TJLP + 1%	6.413	7.827	
Finep (iv)	121	meses	Até 2033	TJLP + 3,3%	56.265	55.785	
Finep (v)	121	meses	Até 2034	TR + 3,8%	25.631	-	
					89.181	64.907	
Circulante					4.808	2.049	
Não circulante					84.373	62.858	

(i) Financiamento obtido junto ao BNDES através do BDMG para aquisição de equipamentos e integralmente liquidado durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2024. O principal e juros foram amortizados mensalmente no decorrer da vigência do contrato até a sua liquidação. (ii) Financiamento obtido em maio de 2019, junto ao BNDES através do BDMG referente a um contrato de financiamento para aquisição de concentrador magnético. O principal e juros são amortizados mensalmente. A taxa de juros é indexada à TLP (correspondente ao fator acumulado das variações percentuais mensais do IPCA com a taxa de juros prefixada de 2,7% a.a.). (iii) Financiamento obtido em abril de 2019, junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado pela FINEP referente a planta de filtragem de rejeitos. O principal e juros são amortizados mensalmente. A taxa de juros é indexada à TJLP com equalização e redução de spread por garantias. (iv) Financiamento obtido em 2023, junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) vinculado à implantação do projeto de ouro no Pará denominado Projeto Água Azul. O contrato foi assinado em 13 de dezembro de 2022, com prazo total de 120 meses e com 3 etapas de liberação ocorridas no decorrer de 2023. Atualmente, o financiamento está em período de carência do principal por 30 meses, a amortização inicia a partir de julho de 2025. Os juros são pagos mensalmente desde fevereiro de 2023. A taxa de juros é indexada à TJLP com equalização e redução de spread por garantias. (v) Financiamento obtido em 2024, junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) vinculado ao projeto de otimização e adaptação da planta Baratinha e implantação de Mongais e outros alvos do Complexo Baratinha. O contrato foi assinado em maio de 2024 por R\$ 127.903 milhões financiados, com prazo total de 121 meses e com 5 etapas de liberação ocorridas no decorrer de 2024 até 2026. A taxa de juros é indexada a TR com redução do spread por garantias. Não há cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem garantias junto a instituições financeiras que incluem seguro garantia no montante de R\$ 61.046 e carta fiança no montante de R\$ 32.792. Essas garantias foram constituídas com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações financeiras assumidas, reduzindo o risco para os credores e otimizando a estrutura de garantias da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos empréstimos equivalente ao valor contábil do passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. Os financiamentos da Companhia são subsidiados por bancos públicos de fomento, onde não existe mercado comparável para mensuração de um valor justo de dívida. **16 Fomecedores:** Em 31 de dezembro a composição de fornecedores é como segue:

Fomecedores	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	45.467	39.965	44.227	40.894
	45.467	39.965	44.227	40.894

O saldo de fornecedores é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de produtos e serviços contratados.

17 Salários e encargos	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão de férias	8.700	6.330	8.858	6.395
IRRF a recolher	2.392	714	2.396	716
Encargos	2.711	2.232	2.777	2.262
PPR	13.422	11.330	13.486	11.366
	27.225	20.606	27.517	20.739

18 Impostos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS	7.220	5.948	7.422	6.048
IRPJ e CSLL	3.231	5.581	4.794	6.584
CFEM e TFRM	6.956	6.143	6.956	6.143
Impostos retidos	1.988	1.325	2.108	1.345
Outros	388	343	905	343
	19.783	19.340	22.185	20.463

19 Obrigações a pagar	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Royalties	2.608	1.451	2.608	1.451
Seguros	26	45	26	45
Aquisição de direitos minerários	-	692	-	692
Aquisição de terras	3.057	7.008	3.057	7.008
Total	5.691	9.196	5.691	9.196
Circulante	5.691	7.152	5.691	7.152
Não circulante	-	2.044	-	2.044

20 Provisão para desmobilização de ativos e passivos: No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. A provisão para descomissionamento de ativos se refere a gastos com desmobilização e reestruturação das atividades e reabilitação das áreas pesquisadas, mineradas e degradadas durante o período de extração e exploração que serão incorridos durante e depois do encerramento das atividades do Grupo. Estas provisões foram constituídas com base nas estimativas dos fluxos de desembolsos da Companhia, levando em consideração a vida útil da mina. A provisão para desmobilização da mina foi constituída de acordo com uma avaliação realizada por especialistas que atuam diretamente em avaliações ambientais na mina. Os desembolsos de reabilitação iniciaram em 2022 e os primeiros gastos com o novo plano desmobilização estão previstos para serem iniciados a partir de 2025 e os maiores gastos entre 2038 e 2039 quando começa o declínio da produção. Em 31 de dezembro de 2024 o Plano de Fechamento de Mina para garantir que as operações de mineração sejam encerradas de maneira segura, sustentável e em conformidade com as exigências legais. A atualização do plano contemplou um ajuste de R\$ 18.344 na provisão das ações para a reabilitação ambiental da área minerada de Mongais e uma redução de R\$ 1.576 na provisão realizada no Complexo Baratinha. Em 31 de dezembro de 2024 atualização financeira da provisão para desmobilização de ativos totalizou R\$ 2.939 e o saldo da provisão registrada no passivo não circulante é de R\$ 36.056.

	2024	2023
Saldo inicial	22.227	12.598
Revisão de premissas do estudo de desmobilização	18.344	8.488
Reversão de premissas do estudo de desmobilização	(1.576)	-
Baixa de provisão de desmobilização	(3.603)	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	664	1.141
Saldo final	36.056	22.227
Circulante	750	-
Não circulante	35.306	22.227

a. **Taxa de desconto:** As provisões são ajustadas periodicamente para refletir o valor presente da obrigação, utilizando uma taxa de desconto apropriada, baseada em parâmetros financeiros e econômicos vigentes. Para o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP), foi utilizada uma taxa de juros baseada nos títulos públicos referentes para esse cálculo como a NTN-B. Considerando o cenário de término das operações da AGZ em 2037, a NTN-B mais próxima disponível foi a NTN-B 2040, que foi utilizada para os cálculos. Além disso, para o ajuste inflacionário, foi adotada uma taxa de 3,5%.

	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa IPCA + 2040	-	-	12,5%	11,5%	11,3%	10,9%
Fator	1,00	1,00	1,13	1,11	1,11	1,11

21 Patrimônio líquido; a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 31.799 (R\$ 31.799 em 2023), dividido em 87.000.000 ações ordinárias (87.000.000 ações em 2023), sem valor nominal, sendo a estrutura societária, o número de ações subscritas e os respectivos percentuais de participação no capital social apresentados da seguinte forma:

	2024	%	2023	%
Opportunity Holding FIP	86.999.999	99,99%	86.999.999	99,99%
Douro Participações S.A.	1	0,01%	1	0,01%
Total	87.000.000	100,00%	87.000.000	100,00%

Em 28 de abril de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária um aumento de capital no valor de R\$ 59.193, sem a emissão de novas ações, através da capitalização da reserva de lucros em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei das S.A. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária uma redução de capital no valor de R\$ 215.541 através da restituição aos acionistas em bens mediante a entrega da totalidade das quotas do capital social da controlada Bemisa Água Azul com base no valor contábil da controlada apurado na data. A restituição foi efetuada na proporção da participação no capital social de cada acionista sem o cancelamento e, consequentemente, sem redução no número de ações da Companhia. **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Os acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia. Em 30 de janeiro de 2024, a Companhia distribuiu e pagou o valor total de R\$ 17.283 referentes a juros sobre capital próprio apurados sobre os lucros intermediários auferidos em 2024. Em 30 de junho de 2024, a Companhia pagou o valor total de R\$ 16.097 referentes a dividendos mínimos obrigatórios provisionados em 31 de dezembro de 2023. Em 21 de agosto de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 23.637, que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, os quais foram pagos em 30 de agosto de 2024. Em 05 de novembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos constante da reserva de lucros de 2023 no valor de R\$ 100.050 pagos em 08 de novembro de 2024. Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 11.681 que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, que foram pagos no dia 27 de dezembro de 2024. Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.480, que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, os quais foram pagos em 27 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	308.226
Lucro líquido ajustado	308.226
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	77.057
Antecipações	
(-) JCP distribuídos antecipadamente em 2024	(35.318)
(-) Dividendos intercalares distribuídos antecipadamente em 2024	(3.480)
Dividendos mínimos a pagar	38.259
Total dividendos/JCP a pagar	38.259

b. **Reserva Lucros a realizar:** Tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07, em 31 de dezembro de 2024, a Administração destinou integralmente a essa reserva estatutária o saldo remanescente na rubrica lucros acumulados, no valor de R\$ 231.170, conforme movimentação demonstrada a seguir.

Saldo inicial	381.741
(-) 100.050	(100.050)
Destinação do resultado de 2024, ajustado após destinações obrigatórias	231.169
Saldo final	512.860

22 Receita líquida de venda	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas bruta de venda	1.127.018	832.167	1.129.916	840.652
(-) COFINS	(85.602)	(63.062)	(86.812)	(64.022)
(-) CFEM	(35.749)	(25.922)	(35.749)	(25.974)
(-) PIS	(18.585)	(13.691)	(18.847)	(13.899)
(-) ICMS	(672)	(672)	(672)	(672)
(-) TFRM	(6.719)	(4.400)	(6.719)	(4.400)
(-) ISS	(90)	-	(2.107)	(1.348)
(-) Royalties	(11.416)	(11.670)	(11.416)	(11.670)
Receitas líquida de venda	968.185	712.750	967.594	718.667

Na controladora e consolidado, a receita líquida corresponde basicamente a operação de comercialização de minério de ferro no complexo de Baratinha que incluem as minas de Baratinha e Mongais. **23 Custo do produto vendido:** A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Na controladora e consolidado, o custo do produto vendido é correspondente basicamente a operação de comercialização de minério de ferro no complexo de Baratinha que incluem as minas de Baratinha e Mongais.

Custo do produto vendido	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de venda de minério próprio	(256.165)	(193.429)	(256.165)	(198.797)
Custo de venda de minério adquirido de terceiros (revenda)	(11.765)	(14.638)	(11.765)	(14.638)
Custo de serviço prestado	(481)	-	(24.874)	(18.714)
Total	(268.411)	(208.067)	(292.804)	(232.149)

24 Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e encargos	(70.370)	(56.956)	(71.497)	(61.274)
Despesas com vendas (i)	(79.341)	(57.280)	(42.362)	(31.119)
Serviços contratados (ii)	(75.193)	(51.166)	(76.536)	(65.812)
Representações e propaganda	(10.124)	(7.849)	(10.128)	(8.549)
Ocupação	(13.519)	(7.701)	(13.527)	(8.186)
Depreciação e amortização	(4.945)	(2.		



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

financeiras que possuem altas qualificações no mercado. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

Controladora				
	Até 1 ano	> 1 a 2 anos	> 2 a 5 anos	> 5 a 10 anos
Fornecedores	45.467	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.808	28.759	38.899	16.715
	50.275	28.759	38.899	16.715
Consolidado				
	Até 1 ano	> 1 a 2 anos	> 2 a 5 anos	> 5 a 10 anos
Fornecedores	44.227	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.808	28.759	38.899	16.715
	49.035	28.759	38.899	16.715

Risco de commodities: O resultado da Companhia é influenciado pelo potencial de valorização das commodities no momento da definição do preço de venda do minério de ferro. A rentabilidade da Companhia tem impacto pelas oscilações dos preços destas commodities no mercado. A Companhia e suas controladas vêm realizando estudos geológicos em áreas com potencial de identificação de minério e água. No ambiente de pesquisa e prospecção de áreas com potencial de identificação de minérios, a Companhia e suas controladas estão suscetíveis aos riscos descritos a seguir: • Aquisição ou Ar-

rendamento de alvarás de pesquisa e realização de custos de pesquisas e prospecções sem sucesso na identificação de minérios em volumes que justifiquem os investimentos necessários para exploração e disponibilização para vendas; e • Aquisição ou Arrendamento de alvarás de pesquisa e realização de custos de pesquisas e prospecções com identificação de minérios de baixa qualidade. **Valor justo hierárquico:** Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

Consolidado					
		2024		2023	
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível
Ativos e passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	104.573	2	104.573	80.156	2
Empréstimos e financiamentos	89.181	2	89.181	64.907	2

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências entre níveis neste mesmo período. **Gerenciamento do capital:** A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incomido, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer com variação de preço súbita ou flutuações do mercado. Visando à gestão do capital saudável, a Companhia e suas controladas adotam a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto

do fluxo de caixa de curto e longo prazo. **30 Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Vigência	2024	2023
Riscos Operacionais	11/2024 a 11/2025	71.054	71.054
Responsabilidade Civil	09/2024 a 09/2025	20.000	20.000
Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O)	05/2024 a 11/2025	50.000	50.000
Cyber Edge	05/2024 a 05/2025	5.000	5.000
Riscos de Engenharia	08/2024 a 03/2025	64.039	64.039
		210.093	210.093

31 Informações complementares ao fluxo de Caixa Controladora Consolidado
Transações que não envolvem caixa na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Ativos e passivos líquidos de efeitos de reorganização de controlada	
Adição ao imobilizado - Sem efeito caixa	18.344
Redução ao imobilizado - Sem efeito caixa	(1.576)

32 Eventos subsequentes: Em 18 de março de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos de R\$ 100.050 da seguinte forma: R\$ 37.410 a serem pagos à conta de dividendos a pagar; R\$ 62.640 a serem pagos a conta de reservas de lucros a distribuir; adicionalmente nesta mesma data, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante bruto de R\$ 10.440, a serem pagos a conta de lucros acumulados referente ao resultado auferidos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025.

Augusto Cesar Calazans Lopes – Diretor Presidente; João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro; Diego Rodrigo de Lima – Contador CRC RJ 109642/O-9 Adriano Correia de Oliveira - Contador CRC 1SP290.391/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Aos Administradores e Acionistas da Bemisa Holding S.A. Rio de Janeiro - RJ - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bemisa Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bemisa Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2025. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ - Thiago Ferreira Nunes - Contador CRC RJ-112066/O-0

